XXIV CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

COMUNICADO Nº 19/2010

O Presidente da Comissão do XXIV Concurso para Ingresso na Magistratura do Trabalho da 15ª Região comunica aos interessados o programa específico (relação de pontos) para efeito de sorteio da Prova Oral, conforme artigo 65 da resolução nº 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça e item 12.6 do Edital do Concurso.

Comunica, ainda, os procedimentos a serem observados para realização da Prova Oral.

PROCEDIMENTOS

1. De acordo com as normas constantes do Edital do concurso, a Comissão da Prova Oral elaborou 54 pontos, contendo cada um deles três temas de três matérias diferentes, relativas às doze matérias constantes do edital.
2. Todos os pontos contêm obrigatoriamente um tema das matérias consideradas básicas, a saber: Direito Individual e Coletivo do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Processual do Trabalho e Direito Processual Civil.
3. Os dois outros temas de cada ponto dizem respeito às demais matérias constantes do Edital do Concurso, a saber: Direito Civil, Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Previdenciário, Direito de Empresa, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Internacional e Comunitário e Noções Gerais de Direito e Formação Humanística.
4. A relação de pontos será divulgada no site do Tribunal a partir do dia 17/09 para conhecimento público.
5. Todos os Candidatos habilitados para a prova oral deverão comparecer no dia 27/09, às 8h., no Auditório da Escola Judicial (3º andar do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região) para realizar o sorteio da ordem de arguição. Definida essa ordem, cada candidato deverá, com 24 horas de antecedência de sua arguição, proceder ao sorteio de um dos pontos a ser objeto de questionamento durante sua prova oral.
6. Realizado o sorteio do ponto, o Candidato deverá preparar uma breve exposição de cada um dos três temas sorteados, que será apresentada, em até dez minutos, à Comissão da Prova Oral, que indicará, no momento da arguição, qual tema deverá ser apresentado.
7. Após a exposição o Candidato será arguido sobre os três temas constantes do ponto por ele sorteado.

RELAÇÃO DE PONTOS PARA A PROVA ORAL

PONTO 1

Direito do Trabalho Individual e Coletivo
O empregado doméstico e a constitucionalidade da restrição de seus direitos

Direito Penal
Direito Penal do Trabalho e conceitos provenientes do Direito Penal: dolo; culpa; agravantes e atenuantes;

Direito Civil
Dos Bens

PONTO 2

Direito do Trabalho
Caracterização do emprego e altos empregados;

Direito Penal
O crime de constrangimento ilegal e sua correlação com as relações de trabalho

Direito Civil
Vigência da lei no tempo e no espaço

PONTO 3

Direito do Trabalho
Alteração subjetiva do empregador, inclusive na Recuperação Judicial de Empresas;

Direito Penal
O crime de violação de correspondência e sua correlação com as relações de trabalho

Direito Civil
Espécie de Contratos

PONTO 4

Direito do Trabalho
Limites do poder fiscalizatório e disciplinar do empregador;

Direito Penal
Condutas criminosas com relação à anotação da carteira de trabalho e previdência social

Direito Civil
Pessoas naturais

PONTO 5

Direito do Trabalho
Discriminação no contrato de trabalho e proteção ao trabalho da mulher

Direito Penal
Crimes contra a honra: calúnia, injúria e difamação e conseqüências, quando praticados nas relações de trabalho

Direito Civil
Adimplemento e inadimplemento das obrigações

PONTO 6

Direito do Trabalho
Teoria das nulidades e contrato de trabalho formado com entes da administração direta e indireta sem o requisito do concurso público;

Direito Penal
O crime de abuso de autoridade

Direito Civil
Pessoas jurídicas

PONTO 7

Direito do Trabalho
Teoria das nulidades e contrato de trabalho para desenvolvimento de atividade contravencional;

Direito Penal
Os crimes de divulgação de segredo e violação de segredo profissional e as relações de trabalho

Direito Previdenciário
Ministério da Previdência Social: Órgãos e Atribuições

PONTO 8

Direito do Trabalho
Terceirização (lícita e ilícita) e responsabilidades dos partícipes;

Direito Civil
Negócio jurídico

Direito Previdenciário
Natureza jurídica do contrato de previdência da Emenda nº 20 de 1988 da Constituição Federal

PONTO 9

Direito do Trabalho
Modalidades de salário e remuneração e composição de títulos não salariais;

Direito Penal
Os crimes de redução a condição análoga à de escravo, cárcere privado e ameaça;

Direito Previdenciário
Principais idéias do “Plano Beveridge”

PONTO 10

Direito do Trabalho
Prescrição e decadência no Direito do Trabalho;

Direito Civil
Atos jurídicos

Direito Previdenciário
Sistemas de financiamentos do benefícios

PONTO 11

Direito do Trabalho
A renúncia de direitos trabalhistas;

Direito Penal
A apropriação indébita; a apropriação indébita previdenciária e a sonegação de contribuição previdenciária. A obrigação do magistrado, quando as encontrar provadas

Direito Internacional
O princípio da territorialidade, suas peculiaridade e diferenças das diretrizes do tratado de Roma de 2007

PONTO 12

Direito do Trabalho
Transferências internacionais e direitos dos trabalhadores;

Direito Civil
Prescrição e decadência

Direito Internacional
O trabalhador brasileiro quando transferido para o estrangeiro continua com o direito de recolhimento dos depósitos do Fundo de Garantia do tempo de Serviço ?

PONTO 13

Direito do Trabalho
Dissociação de categorias profissionais e categorias profissionais diferenciadas;

Direito Penal
Fraude à execução como fato típico penal e fraude processual

Direito Administrativo
Atos Administrativos

PONTO 14

Direito do Trabalho
Condutas anti-sindicais. Espécies e conseqüências;

Direito Civil
Contratos em geral

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O juiz no ordenamento jurídico contemporâneo: idéias sobre o papel do juiz.

PONTO 15

Direito do Trabalho
Poder normativo da Justiça do Trabalho e comum acordo no dissídio coletivo;
Direitos e interesses difusos na Justiça do Trabalho. Conceituação e Aspectos práticos;

Direito Penal
Condutas criminosas em relação à anotação da carteira de trabalho e previdência social

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O juiz e a emoção.

PONTO 16

Direito do Trabalho
Plano de Participação nos Lucros e/ou Resultados. Espécies e respectivas naturezas jurídicas. A importância do tempo no PPLR;

Direito Civil
Modalidades das obrigações

Direito Comunitário
Carta Comunitária de Direitos Sociais (1989): principal temática.

PONTO 17

Direito do Trabalho
Dissociação de categorias profissionais e categorias profissionais diferenciadas

Direito Penal
Os crimes de falsificação de documentos, uso de documento falso e supressão, extravio, sonegação ou inutilização de documentos

Direito Previdenciário
Indenização acidentária e indenização civil constitucional: aspectos comuns e aspectos diferentes.

PONTO 18

Direito do Trabalho
Conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução e jurisdição. Medidas judiciais no curso de greve: dissídio coletivo. Fixação de contingente mínimo de trabalhadores. Interdito proibitório

Direito Civil
Responsabilidade civil

Direito Previdenciário
Acidentes de Trabalho, caracterização e reflexos do contrato Individual de Trabalho.

PONTO 19

Direito Processual do Trabalho
Organização da Justiça do Trabalho

Direito da Criança e do Adolescente
Criança e adolescente. Idades. As proibições ao trabalho do menor e os efeitos da contratação do menor para o trabalho em serviços insalubres, perigosos, proibidos

Direito Previdenciário
Normas previdenciárias da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1948.

PONTO 20

Direito Processual do Trabalho
Competência da Justiça do Trabalho

Direito Previdenciário
Princípios fundamentais da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988

Direito Internacional
A convenção nº 158 DA OIT.

PONTO 21

Direito Processual do Trabalho
Petição Inicial e Contestação

Direito Internacional
Direito Internacional, Direito da União Européia e Direito Comunitário: Semelhanças e Diferenças.

Direito da Criança e do Adolescente
Doutrina da proteção integral da criança e do adolescente. Deveres da família, da sociedade e do Estado para com a criança e o adolescente e seus reflexos no trabalho.

PONTO 22

Direito Processual do Trabalho
Provas no Processo do Trabalho

Direito da Criança e do Adolescente
Contrato de aprendizagem: requisitos de validade, cotas de aprendizes, formação profissional, idades limites, duração do trabalho e portadores de deficiência

Direito Previdenciário
O acordo multilateral de seguridade social do Mercosul.

PONTO 23

Direito Processual do Trabalho
Despacho, Decisão interlocutória e Sentença

Direito Previdenciário
Bases do Plano de Custeio da previdência

Direito Internacional
A convenção nº 87 da OIT.

PONTO 24

Direito Processual do Trabalho
Embargos Declaratórios

Direito Internacional
Aplicabilidade das convenções da OIT no Brasil: Procedimento e competência para ratificação

Direito Previdenciário
Seguridade complementar e suas conexões com contrato individual de trabalho.

PONTO 25
Direito Processual do Trabalho
Recurso Ordinário

Direito Previdenciário
Beneficiários da Previdência Social: o empregado e o seu regime jurídico previdenciário

Direito Internacional
A Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

PONTO 26

Direito Processual do Trabalho
Recurso de Revista

Direito Previdenciário
Beneficiários da Previdência Social: o autônomo e o seu regime jurídico.

Direito da Criança e do Adolescente
Estágio: Caracterização do contrato, requisitos de validade, direitos do estagiário, limitação no tempo e das jornadas;

PONTO 27

Direito Processual do Trabalho
Agravo de Instrumento

Direito Previdenciário
Benefícios da Previdência Social: quanto ao segurado.

Direito Internacional
Atos constitutivos do Mercosul

PONTO 28

Direito Processual do Trabalho
Liquidação de Sentença

Direito Internacional
Diferença entre trabalhador expatriado, fronteiriço, imigrante e transferido.

Direito da Criança e do Adolescente
O trabalho educativo. Conceito, requisitos, direitos dele decorrentes.

PONTO 29

Direito Processual do Trabalho
Execução de sentença

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O juiz no ordenamento jurídico contemporâneo: idéias sobre o papel do juiz.

Direito Internacional
Tipos de convenções coletivas da OIT quanto à aplicabilidade.

PONTO 30

Direito Processual do Trabalho
Dissídio Coletivo

Direito Previdenciário
Benefícios da Previdência Social: quanto ao dependente.

Direito Internacional
Competência para denúncia de convenções da OIT, segundo o ordenamento jurídico brasileiro

PONTO 31

Direito Constitucional
Poder Constituinte

Direito Empresarial
Direito Empresarial e coligações societárias

Direito Comunitário
Diferença entre Direito Comunitário, Direito da União Européia e Direito Internacional

PONTO 32

Direito Constitucional
Direitos e garantias fundamentais

Direito Empresarial
Direito Empresarial e responsabilidade dos sócios e dos débitos trabalhistas da empresa

Direito Comunitário
Bases institucionais do Direito Comunitário Europeu: Tratados.

PONTO 33

Direito Constitucional
Tutela Constitucional das Liberdades

Direito Empresarial
Direito Empresarial: conceito de Empresa

Direito Comunitário
Aspectos trabalhistas do Tratado de Maastricht revisado pelo Tratado de Amsterdã (1997) e pelo Tratado de Nice (2001)

PONTO 34

Direito Constitucional
Poder Judiciário e Ministério Público

Direito Empresarial
Grupo de empresas no direito brasileiro.

Direito Comunitário
O tratado de Lisboa.

PONTO 35

Direito Constitucional
Organização do Estado

Direito Empresarial
Caracterização do grupo de empresas.

Direito Comunitário
Órgãos que integram a estrutura da União Européia e do ordenamento comunitário europeu

PONTO 36

Direito Constitucional
Administração Pública

Direito Empresarial
Grupos societários e grupos empresariais: identificação ou separação.

Direito Comunitário
Funções do Tribunal de Justiça da União Européia.

PONTO 37

Direito Constitucional
Organização dos Poderes

Direito Empresarial
O Código Civil Brasileiro e o empresário

Direito Comunitário
Funções do Conselho Europeu

PONTO 38

Direito Constitucional
Direitos Sociais

Direito Empresarial
O Código Civil Brasileiro e os tipos societários.

Direito Comunitário
Direito Primário e Direito Derivado no sentido do Direito Comunitário.

PONTO 39

Direito Constitucional
Processo Legislativo

Direito Empresarial
Sucessão de empresas

Direito Comunitário
É possível falar em Direito Constitucional da União Européia?

PONTO 40

Direito Constitucional
Controle de Constitucionalidade

Direito Empresarial
Repercussões da Lei de Recuperação de Empresas na sucessão de empresas.

Direito Comunitário
O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Coletivos

PONTO 41

Direito Constitucional
Ordem Econômica e Financeira

Direito Empresarial
Empresas: falência e direitos do trabalhador.

Direito Comunitário
O Direito do Trabalho na Comunidade Européia: direitos Individuais

PONTO 42

Direito Constitucional
Ordem Social

Direito Empresarial
Formas de coligações do Código Civil Brasileiro

Direito Comunitário
Diferença entre Regulamentos e Diretivas da União Européia e do Direito Comunitário

PONTO 43

Direito Processual Civil
Jurisdição e competência. Conceitos. Limites e causas de modificação da competência.

Direito Administrativo
Administração Pública e Governo

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Direito e Justiça: conceitos

PONTO 44

Direito Processual Civil
Legitimação ordinária e legitimação extraordinária: substituição processual e suas hipóteses

Direito Administrativo
Serviços Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Conceito de ordenamento Jurídico

PONTO 45

Direito Processual Civil
O Ministério Público e sua atuação no processo

Direito Administrativo
Poder de Polícia

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Conceito de norma jurídica

PONTO 46

Direito Processual Civil
Provas. Sistema de presunções e distribuição de ônus da prova;

Direito Administrativo
Estado e a propriedade privada

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Tipos de normas jurídicas trabalhistas: constitucionalismo social

PONTO 47

Direito Processual Civil
Antecipação de tutela jurisdicional e obrigações de fazer ou não fazer. Requisitos da concessão. Efeitos

Direito Administrativo
Administração Indireta e descentralização

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
A lei e o problema da sua inderrogabilidade.

PONTO 48

Direito Processual Civil
Motivos de extinção dos feitos sem resolução do mérito

Direito Administrativo
Entidades Paraestatais e Terceiro Setor

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Diferença entre leis de ordem pública e leis ordem pública social.

PONTO 49

Direito Processual Civil
Defeitos e efeitos da sentença.

Direito Administrativo
Servidores Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
Os princípios no direito e sua aplicação no direito do trabalho

PONTO 50

Direito Processual Civil
Preclusão e coisa julgada. Caracterização, limites e efeitos.

Direito Administrativo
Processo Administrativo

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O princípio da proporcionalidade

PONTO 51

Direito Processual Civil
Embargos declaratórios e suas decorrências.

Direito Administrativo
Bens Públicos

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O princípio da valorização da dignidade do ser humano

PONTO 52

Direito Processual Civil
O sistema de recursos no processo civil e recentes modificações. Recurso Extraordinário. Hipóteses de cabimento. Efeitos.

Direito Administrativo
Improbidade Administrativa

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
A hermenêutica jurídica e o direito do trabalho.

PONTO 53

Direito Processual Civil
Liquidação de sentença. Modalidades e métodos

Direito Administrativo
O Poder de Polícia e seus meios de atuação

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
A interpretação do direito e as escolas interpretativas

PONTO 54

Direito Processual Civil
Execução. Responsabilidade patrimonial. Desconsideração da personalidade jurídica da empresa constante do título executivo.

Direito Administrativo
Os regimes público e privado na administração pública

Noções Gerais de Direito e Formação Humanística
O psicologismo jurídico

Campinas, 13 de setembro de 2010.
(a) Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva
Desembargador Presidente da
Comissão do Concurso